



Retomada
coletiva do
movimento
indígena do
amazonas

Movimento
indígena
do Acre



OPIROMA



REDE COIAB
UMIAB | PODAALI | APIB | COICA

NOTA PÚBLICA

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) externa preocupação com a notícia de mais um ato do órgão indigenista oficial que representa a fragilização de direitos fundamentais dos povos indígenas. Trata-se da Instrução Normativa Conjunta nº 12/2022 da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Compreendemos essa IN como mais uma etapa dos diversos esforços empreendidos pelo atual governo para burlar os fundamentos da Constituição Federal de 1988 e da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho que transversalizam o direito originário dos povos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam.

O direito à consulta prévia foi violado ante uma medida administrativa que afeta diretamente os povos originários sem que estes, em sua maioria quantitativa e representativa, tenham tido a oportunidade de influenciar efetivamente o processo de tomada de decisão. Estruturalmente, está-se diante da possibilidade de potencialização dos diversos ilícitos praticados por terceiros não indígenas que foram impulsionados ao longo dos últimos anos através de uma política anti-indígena empreendida pelo governo que se finda.

A Instrução Normativa estimula o assédio criminoso a que muitos povos e territórios estão submetidos e que tem se desdobrado em um sufocamento que resulta em diversos casos de violências e violações. Ou seja, além de comprometer o usufruto exclusivo e a segurança jurídica dos territórios,



Retomada
coletiva do
movimento
indígena do
amazonas

Movimento
indígena
do Acre



OPIROMA



REDE COIAB
UMIAB | PODAALI | APIB | COICA

favorece os invasores.

A Amazônia brasileira, região que concentra o maior quantitativo de registros de povos indígenas isolados e de recente contato no mundo, está em perigo.

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) está monitorando os desdobramentos do ato e adotará todas as medidas cabíveis para proteger e defender os direitos dos povos indígenas.

Cristiane Soares de Soares
Assessora Jurídica/Coiab

Maria Judite da Silva Ballerio Guajajara
Assessora Jurídica/Coiab